

ILUSTRÍSSIMO. SR. PREGOEIRO PRESIDENTE E MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO.

Pregão Eletrônico N.º 102/2014

A **Gruger Grupos Geradores Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.631.287/0001-83, com sede na Rua Rosa Mehl, Nº 87, na cidade de Curitiba/PR, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem à presença de Vossa Senhoria através dos motivos de fato e de direito interpor:

CONTRA RAZÕES DE RECURSO

Em face da RECORRENTE, TECNOGERA LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA LTDA, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

I – DOS FATOS

As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.



Levando-se em conta que a empresa Gruger Grupos Geradores Ltda, apresentou todos os documentos habilitatórios necessários e mais os prospectos do equipamento a ser fornecido. Não se justifica a não adjudicação e a não declaração do vencedor referente ao lote 02 do pregão eletrônico N.º 102/2014, respeitando não somente este instrumento, que pelo princípio da simetria, deriva se da lei Lei Federal nº 8666/93.

Toda documentação em solicitação, foi enviada via e-mail e através de carta conforme preconizado no edital e em seus anexos no prazo estipulado.

a) A RECORRENTE alega que a Certidão de Pessoa Jurídica da Gruger, fornecida pelo CREA, não possui validade, sendo que a validade da Certidão não pode ser discutida, uma vez que na data de 29/04/2014, recebeu deferimento do CREA referente a solicitação de Alteração do Contrato Social, conforme segue documento em anexo, no entanto, embora a Certidão válida apresentasse valor de Capital Social menor, o CREA já havia regularizado, à data da licitação, conforme resta comprovado com certidão em anexo.

Não obstante, reste comprovada a validade da certidão da Pessoa Jurídica da Gruger junto ao CREA, cumpre ressaltar que não subsiste prejuízo a prestação do serviço e ao interesse público, pois o valor do capital social constado no CREA antes deste regularizar a situação cadastral era de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e o valor da ultima alteração contratual na Junta Comercial (regularizado no CREA a data da licitação), **aumentou** para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que em nada prejudica o órgão licitante, ou seja, além de não prejudicar ou sequer causar desconforto, pelo contrário, traz maior segurança e confiabilidade.

Desta forma, cabe ressaltar a validade da Gruger, não havendo o que se falar em invalidade da Certidão de Pessoa Jurídica ou sequer prejuízo ao órgão.

b) A RECORRENTE, ainda em busca de seus interesses, alega que o Atestado de Capacidade técnica fornecido pelo Wal-Mart à Gruger, é invalido, pois segundo a vontade do RECORRENTE deveria ser apresentado numero de contrato, nota fiscal, prazo do serviço e quantitativo.

O item 8.4.2 discorre :

“Todos os atestados para todos os Lotes deverão ser pertinentes e compatíveis com as especificações técnicas descritas no ANEXO V.O atestado devera ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, contendo preferencialmente as seguintes informações:

- a) O cumprimento do prazo de realização do serviço;
- b) O quantitativo executado;
- c) A especificação técnica do serviço;
- d) Numero do contrato e/ou nota fiscal a que se refere o atestado.”

Quando se utiliza a palavra “preferencialmente”, não determina-se que taxativamente devera ser de tal forma, pois se não determina, é facultado, e se é facultado não há invalidade.



Conforme solicitação do Edital, atendemos em todos os requisitos, apresentando a Certidão do CREA, vigente, juntamente com a documentação em nome do, do Sr. Joel Portes Vieira, sócio proprietário da empresa e responsável técnico como Engenheiro Eletricista.

II – DAS RAZÕES DO IMPROVIMENTO

O RECORRENTE, pleiteando invalidar a Certidão do CREA, embasa-se em um único dispositivo, o ART 2º da **Resolução 266/1979 do CONFEA**

Porém a Lei Especial Ordinária, mais nova 8666/93 Art. 3º traz em seu arcabouço:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Cabe lembrar que quando há conflito normativo, a Lei Especial se sobrepõe a Lei Geral, Lei nova sobre a antiga, e obviamente Lei Ordinária sobre Resolução, o que demonstra que a Gruger ofereceu a proposta mais vantajosa, sem descumprimento do devido processo legal.

A RECORRENTE sem argumentos fáticos e desprovida de sólides em suas alegações, arguiu nulidade do Atestado de Capacidade Técnica, o que faz sem fundamento de lei, pois o próprio edital não exige os pressupostos arguidos pelo RECORRENTE.

A constituição Federal de 1988, em seu ART 5º, II, dispõe que:

“ ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;”

É de certo, que esta Comissão de Licitação busca incansavelmente o respeito que lhe é devido, pelo cumprimento de todos os deveres legais estabelecidos pela Constituição Federal, que em texto da Lei 8666/93, sabendo da nobre intenção da respeitosa comissão de licitação, é sábio lembrar que:

Art.41, A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Não restando duvidas sobre a decisão tomada pela estimada Comissão de Licitação, bem como do Excelentíssimo Senhor Pregoeiro, que em cumprimento com o dispositivo legal declarou a Gruger Grupos Geradores Ltda, vencedora do certame, pois ofereceu proposta mais vantajosa, respeitou e cumpriu de forma satisfatória os ditames do Edital.

- A empresa Gruger verificou e mostrou aos licitantes que atendeu na íntegra o solicitado no edital e em seus anexos.

III – DO PEDIDO

E de certo, que esta Comissão de Licitação busca incansavelmente o respeito que lhe é devido, pelo cumprimento de todos os deveres legais estabelecidos pela, Constituição Federal, que em texto da lei nº 8666/93 Art. 3º

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Sabendo da nobre intenção da respeitosa comissão de licitação, é sábio lembrar que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Em face do exposto e tendo na devida conta que o descritivo e comprovação do Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão do CREA apresentados pela GRUGER bem como toda a documentação são efetivamente Legais e, por conseguinte, comparado e verificado com o solicitado pelo Processo Licitatório requer-se o improvimento e a extinção do RECURSO proposto pela RECORRENTE, TECNOGERA LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA LTDA com efeito para:

Determinar-se à Comissão de Licitação que profira tal julgamento, considerando a Gruger Grupos Geradores a alcançar o competente resultado adjudicatório, o qual, por certo, resultará na homologação do objeto licitado à subscrevente, já que detentora de todos os requisitos.

Nestes Termos
P. Deferimento

Curitiba, 16 de setembro de 2014



**GRUGER GRUPOS GERADORES LTDA
JOEL PORTES VIEIRA**